

# VAZIO E DOR, PATRIMÔNIO E REVANCHE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA URBANA A PARTIR DAS NARRATIVAS ORAIS

*Cristina Helou Gomide\**

**Resumo:** Este artigo aborda as problemáticas que envolvem a história e a vida cotidiana das pessoas nas cidades consideradas históricas. O objeto de investigação está centrado na cidade de Goiás e o modo como foi sendo concebida como “cidade patrimonial”, suas necessidades (de residentes da cidade) ao longo dos tempos e suas práticas de preservação. Para tanto, são interpretadas as narrativas orais de moradores da cidade de Goiás, pessoas ligadas ao Museu Conde dos Arcos (antigo Palácio de Governo) e viajantes turistas. Assim, procura-se compreender o modo como se constituem o movimento cotidiano na cidade histórica, os sentimentos dos moradores sobre o processo, bem como os olhares dos turistas sobre o lugar.<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** cidade. patrimônio. narrativas orais. memória. museu

O tempo não é homogêneo, não é vazio. A história é cheia de “agoras” (BENJAMIM, 1997, p. 167). Interpretando a história por essa perspectiva, vê-se o passado com os olhos do presente. Isto significa que nossas traduções e hipóteses estão carregadas do nosso presente. No entanto, não se trata de anacronismo, mas de vermos o passado carregado desse dinamismo e desse fazer-se histórico em constante movimento. Nesse sentido, nosso olhar pesquisador, em contato com as narrativas orais de sujeitos sociais ligados às nossas pesquisas, também está embriagado de experiências que formulam nossa visão do presente. Partimos rumo a determinadas temáticas, imbuídos de necessidades que envolvem nosso momento, nossa vida e, às vezes, nosso espaço vivido.

Nesse sentido, discutir espaços urbanos nos conduz a reflexões não sobre uma, mas múltiplas memórias. Como um espaço plural, repleto de vivências, carregadas de experiências. Em constante movimento, as experiências se entrelaçam e às vezes se chocam, evidenciam conflitos de interesses ou são compartilhadas. Os sujeitos sociais, nas suas mais diversas atuações, têm desejos, aspirações, ansiedades, descontentamentos. Desse modo, trabalhar o espaço urbano é reconhecer-se como parte do diferente.

Envolver a categoria “patrimônio histórico” nas investigações sobre o tema “cidade” é algo ainda mais inquietante. Isso, porque se tem, no senso comum, que

---

\* Graduada em História pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em História pela mesma instituição. Doutoranda em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

<sup>1</sup> Esta pesquisa está em processo desde 1995, quando as investigações sobre a cidade de Goiás tiveram início. Desta pesquisa, resultaram vários artigos e apresentações em Congressos. Atualmente, focada na temática sobre “cidade e patrimônio”, tenho analisado as narrativas de moradores do entorno da cidade e seus sentimentos sobre o espaço vivido.

*cidade histórica* é o espaço em que o tempo foi congelado – nas suas edificações, nas ruas, nos modos de vida. De fato, isso é complexo. No dizer de Giulio Carlo Argan, toda cidade é feita de objetos. O que diferencia um objeto de outro é o valor a ele atribuído. Isto valora um objeto de arte de um outro comum, por exemplo. No entanto, os objetos são expressões das pessoas, que representam ali seus anseios e o modo como sentem o espaço em que vivem. Nesse sentido, os objetos também são múltiplos. Como esse processo não tem fim, toda cidade é dinâmica, tem movimento. Desse modo, toda cidade é histórica, porque a história se faz a todo instante (ARGAN, 1998). Tendo como base essa mesma lógica, nenhuma cidade permanece congelada no tempo. Mesmo os espaços cujas edificações nos reportam às épocas mais longínquas estão em movimento. Todo espaço é social, portanto, carregado de experiências e viveres que estão em processo.

No processo de investigação da dinâmica de uma cidade histórica, emergem algumas questões. O tema patrimônio envolve elementos que dizem respeito aos modos de sobrevivência, ao trabalho e às expectativas futuras.

Normalmente, as cidades tombadas pelos órgãos competentes<sup>2</sup> são submetidas a uma série de regras, como a proibição de alteração das fachadas das casas consideradas históricas. De fato, a preservação da memória urbana é necessária, mas são vários os aspectos que envolvem esse processo. Em primeiro lugar, preservar fachadas não pode significar a busca de uma vida cotidiana estagnada no passado. Os moradores, com seus anseios, têm o direito a desfrutar das conquistas do mundo moderno. Além disso, como espaço plural, a cidade é constituída de diferenças, que muitas vezes são abafadas por uma política patrimonial que homogeneiza a história da cidade em função das práticas turísticas. Trata-se, portanto, não somente de aceitar as diferenças, mas de ter o direito à diferença (ARANTES, 2000, p. 136).

Desse modo, escolhi como objeto de investigação, uma cidade próxima a mim: a cidade de Goiás – reconhecida pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, em 2001. Como parte da cidade, investigamos o Museu Conde dos Arcos e o modo como a elite política local, os funcionários do Museu, visitantes turistas e moradores da cidade têm interpretado o espaço reconhecido como “Centro Histórico”.

A referida cidade já havia sido Capital do Estado de Goiás, no Brasil, até a década de 1930. Uma cidade de estilo colonial, com construções de meias paredes e repleta de igrejas, a cidade de Goiás está localizada na região Centro-Oeste brasileira e situada entre morros, em “meio” à Serra Dourada. À época da transição da chamada Primeira para a Segunda República no Brasil, a política administrativa estava voltada para a “derrubada” de antigos poderes políticos locais. Nesse contexto político a história local apresentou uma série de questões, dentre elas, a transferência dessa antiga capital colonial para uma nova, que se pleiteava que fosse mais moderna e que abrigasse o novo poder político almejado após 1930 no Brasil. Nesse caso, ser moderna era se tornar um contraponto à cidade de Goiás. Criada para ser uma capital moderna,

<sup>2</sup> Neste caso, estou me referindo ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e, às vezes, da SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), quando me reportar às décadas de 30 a 70 do século XX. “O projeto que pensou a constituição do órgão protetor do patrimônio (histórico, artístico, etc) foi elaborado por Mário de Andrade, mas revisto e discutido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, conhecido por ter sido um dos mentores intelectuais do SPHAN. Ele foi diretor do órgão, desde sua fundação, até 1967 (...) O projeto, efetivado no Estado Novo (1937), foi assim redigido a pedido do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema”. Sobre este assunto ver Gomide (2004).

a cidade que recebeu o nome de Goiânia foi construída num local plano, com largas avenidas, casas de muros separados e distantes da calçadas. Suas maiores referências eram os prédios administrativos e não mais as igrejas<sup>3</sup>.

Após a transferência da Capital da cidade de Goiás para Goiânia, a população que permaneceu na antiga capital se sentiu magoada. Muitas casas foram abandonadas, pois várias famílias se mudaram para Goiânia – já que muitas pessoas ocupavam cargos ligados ao governo do Estado de Goiás. Nos depoimentos obtidos há alguns anos atrás muitas pessoas falaram da sensação de morte e vazio, de mágoa e abandono.

Atualmente, o movimento da cidade de Goiás se dá em torno do título de Cidade Patrimonial. A economia turística dinamiza os interesses político-administrativos. Vários museus foram criados desde 1950, desde o primeiro tombamento feito pela então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A conquista do título de Patrimônio da Humanidade concedido pela comissão da Unesco em 2001 se tornou um incentivo ainda maior para a manutenção de espaços de memória voltados para a visitação turística.

O museu Conde dos Arcos funciona no prédio do antigo Palácio Conde dos Arcos – local no qual funcionava o poder administrativo do Estado de Goiás até a transferência dos poderes para Goiânia. É curioso notar que, no primeiro ano da segunda metade do século XVIII, o caráter político e o crescimento local foi representados nas edificações. Em 1751, foram compradas cinco casas que seriam demolidas em seguida para dar lugar ao Palácio Conde dos Arcos, que serviu para abrigar o governador da capitania de Goiás. Em 1822, a denominação capitania foi substituída por província e a de governador, por presidente. Dessa forma, foram trinta e oito presidentes, de 1822 a 1889, até a instituição da República, quando a província passou a ser denominada de Estado e os presidentes novamente foram chamados governadores.

A construção do Palácio nos primeiros anos de edificação deste espaço urbano tornou-se um marco na história da cidade de Goiás (e daí a escolha deste), já que efetivava a condição de centro político no local. Iniciou-se aí uma trajetória que inseria o antigo arraial<sup>3</sup> no contexto das discussões políticas regionais, pois, desde 1748, Dom João, Rei de Portugal, havia criado os governos de Goiás, Minas e Cuiabá, de forma a serem independentes da administração da capitania de São Paulo<sup>4</sup>.

O espaço urbano que se constituiu no século XVIII tornou-se parte do acervo histórico da cidade no século XX. Em contrapartida, os cronistas de viagem apontaram aspectos negativos do mesmo e sua relação com os modos de vida da população. O que percebemos, ao reler tal literatura, é que o discurso da década de 1930, período da transferência da capital de Goiás para Goiânia, encontrou, nas narrativas (dos viajantes) do passado, subsídios para apontar o atraso da capital do Estado de Goiás no século XX. Ou seja, o discurso político de 1930-40 fundamentou-se sobretudo por meio dos olhares dados à cidade nos séculos XVIII e XIX. A mesma história do

<sup>3</sup> Ou seja, construções da época em que éramos colônia de Portugal. A arquitetura e o estilo da cidade se caracterizam pelas casas construídas a meias paredes (paredes unidas umas as outras, ou, paredes comuns). As igrejas são o ponto de referência no espaço urbano, ao contrário das cidades planejadas, modernas, cujas referências fundamentais são os prédios administrativos, para garantir a ordem e o progresso.

<sup>4</sup> Antes de se tornar cidade, Goiás era o "Arraial de Sant'Anna" e depois Vila Boa de Goiás.

atraso e do ócio deu sustentação também para os primeiros tombamentos da década de 1950, quando a arquitetura colonial mantida serviu de esteio para a sobrevivência da cidade em termos de importância regional e nacional.

Em 1998, quando a cidade de Goiás ainda não era reconhecida como Patrimônio da Humanidade, as narrativas orais de alguns moradores que haviam permanecido no local após a transferência da capital para Goiânia, apontavam sentimentos de “perda”, “vazio”, “dor”, “mágoa”.<sup>5</sup> Em contrapartida, há momentos em que alguns comentam a transferência como algo “bom”, já que Goiânia era mais moderna. Entretanto, vemos que a aceitação da Goiânia moderna é uma reação diante do sentimento de “abandono”. Quando em diálogo e fazendo alusão a tal momento (mudança da capital), vários moradores se referiram a Pedro Ludovico como “ele”: o responsável pela dor.<sup>6</sup>

Ele rancou tudo que tinha por aqui, o Pedro Ludovico.

Pergunta: “Tirou o que?”

As escola, aqui tinha escola de direito, de farmácia, (...) tudo isso tinha, né.?

Quando mudô a capital parecia que ia acabá a cidade.<sup>7</sup>

O “vazio”, oriundo da mudança de várias famílias para Goiânia, fez emergir nas narrativas de 1998 e 1999 um certo saudosismo. Nas entrelinhas, a saudade aparece em forma de dor causada pelo vazio da mudança de Goiás para Goiânia.

As casas fecharam quase inteiras (...) ficô como se fosse acabá a cidade.

(...) Ele rancava tudo. As repartições jogava o documento na rua. Foi mal feito essa mudança. Por isso que o povo tinha raiva dele. Povo daqui num gostava de vê o Ludovico.<sup>8</sup>

Nas entrelinhas, o sentimento de dor foi causado pelo abandono: (...) o povo ficô chateado demais, né, porque tirou a capital daqui né (...) dicerto porque ele achô lá mais adequado, né (...) lá é muito mais adequado do que aqui.<sup>9</sup>

A história da mágoa, presente também na narrativa escrita da imprensa local, perdurou até a década de 1990. Em 1999, diante de um governo estadual que priorizou o Patrimônio Cultural de Goiás e o estabelecimento de uma política turística, a antiga Capital começou a sediar um festival: o Festival Internacional de Cinema Ambiental (O primeiro FICA). As narrativas investigadas após este evento foram mais complacentes com relação ao passado da transferência. A mudança súbita dos sentimentos é improvável, mas o processo de valorização da cidade, enquanto espaço

<sup>5</sup> Essas informações podem ser obtidas no *Folder* do “Centro Cultural Palácio Conde dos Arcos”, cidade de Goiás-GO, 1996.

<sup>6</sup> Homem que substituiu o Governo Goiano após 1930 e foi o idealizador e responsável pela transferência. Como minha prioridade é abordar as narrativas das pessoas com as quais dialoguei, não vou me ater a detalhes políticos.

<sup>7</sup> Entrevista feita com dona A.C.P., 97 anos. Cidade de Goiás, jan de 1998. Entrevistas realizada e transcrita pela pesquisadora: Cristina Helou Gomide

<sup>8</sup> Dona A., entrevista citada.

<sup>9</sup> Entrevista feita com B. N. J., cerca de 90 anos. Cidade de Goiás, jan. 1998. Entrevista realizada e transcrita pela pesquisadora: Cristina Helou Gomide.

de história, de patrimônio e referência cultural, pareceu amenizar o desgosto do passado. O festival, que acontece desde então, foi iniciativa do governo (que está em seu segundo mandato) e pode ter amenizado a narrativa das pessoas em função das sensações experimentadas durante o festejo. Como iniciativa do governo do Estado de Goiás, o evento, que ainda hoje é sucesso, transforma o cotidiano dos moradores e, dentre todos, tem sido, conforme narram moradores, um dos mais rendosos para eles (barraqueiros, donos de bares, vendedores de artesanato, diaristas).

Assim, para estudar o modo como os sentimentos em processo têm lidado com e revisitado sentimentos passados, tenho escolhido alguns marcos físicos (arquitetônicos), como é o caso dos museus – que, em tese, devem representar a história dos sentimentos vividos pelas pessoas do lugar.

Tendo tal processo como base, estudar o Museu Conde dos Arcos tornou-se fundamental. Concebido para se tornar referência histórica de determinadas memórias políticas locais, o antigo Palácio Conde dos Arcos rememora por meio de alguns elementos de seu acervo interno, um passado de “glamour” político.

Entretanto, foi intrigante perceber que Brasilete de Ramos Caiado (filha da última família de governadores a morar na Cidade de Goiás)<sup>10</sup> sempre defendeu a história patrimonial local, mas não concebia o acervo do Conde dos Arcos como parte de sua memória histórica. Assim, partimos para o processo de investigação.

Brasilete é uma personagem na história da Cidade de Goiás. Como filha do governante anterior a 1930, ela se tornou figura respeitada politicamente. Pertencente a uma família de forte tradição política – os Caiados –, ela sempre foi bastante atuante nos movimentos políticos e sociais da cidade. Membro da elite<sup>11</sup>, Brasilete era a representação do poder vigente até a transferência da capital para Goiânia. Seu falecimento em 2003 significou (para aqueles que atuavam ao seu lado), uma grande comoção.

Emanada por um discurso eloquente, ela se colocava – e também era vista por grande parte dos moradores da cidade – como protetora do patrimônio e da vida cotidiana e econômica na antiga capital. No entanto, lendo sua narrativa nas entrelinhas, pareceu-nos que a atuação de Brasilete se apresentou como “revanche” aos tempos da transferência da Capital e às divergências políticas oriundas daquele momento político. Sua atuação social frente às decisões sobre a questão patrimonial foi importante nos rumos dados às discussões sobre o tema no local.

Sobre o antigo Palácio Conde dos Arcos, sua narrativa é repleta de denúncias acerca da ilegitimidade do acervo interno. Sua narrativa não apresenta somente um caráter militante sobre a questão patrimonial, mas, sobretudo, de depreciação do

---

<sup>10</sup> Seu pai foi Brasil de Ramos Caiado, o governante deposto em Goiás com o advento da Revolução de 1930. Em seu lugar, tomou posse por alguns meses, um governo provisório, que logo deu lugar a Pedro Ludovico Teixeira – médico e político –, apoiado por Getúlio Vargas. Pedro Ludovico Teixeira permaneceu no poder estadual de 1930 a 1945, mesmo período do Estado Novo sob comando de Getúlio Vargas.

<sup>11</sup> Assim denomino “elite” por se tratar da filha de uma família politicamente tradicional no Estado de Goiás, bem como por sua formação intelectual, que a diferenciava de muitos na região. Era dotada de um discurso eloquente por dois aspectos: a conduta familiar e sua instrução. Professora, residiu em São Paulo durante algum tempo, quando estudou para tal.

espaço do Museu Conde dos Arcos enquanto espaço de representatividade da história.

Ela alega não haver nada referente à época do governo de sua família. No entanto, entendo que sua “negação” ao espaço construído está na representação do que um dia simbolizou o poder político local. Atualmente, “reconstruído” sob a forma de museu, lembra-lhe um passado que não a remete aos tempos “áureos” dessa elite anterior à revolução de 1930, mas sim, ao período “doloroso” de transferência da capital goiana. Os móveis da casa de seus pais, segundo a depoente, foram levados para ocupar a sede administrativa de Goiânia, e, portanto, não estavam mais na antiga capital.

**BRC** – É senhor Pedro Ludovico, que inclusive os móveis da minha casa aqui, que meu pai tinha adquirido, tinha documentos tinha tudo. Porque eles foram adquiridos em São Paulo, através de um parente nosso, que morava em São Paulo, ele tinha recibo, tinha tudo... e eles levaram... Arrombaram aqui a casa, que foi na época... na década de trinta, depois da revolução. E, minha mãe, estava com os filhos pequenos, eu ainda não havia nascido. Mas eles estavam na fazenda... eles arrombaram aqui a porta, e carregaram esses móveis... e foram levados pra fazenda<sup>12</sup>.

Ex-diretora do teatro São Joaquim na cidade de Goiás, referência intelectual e de práticas políticas, a entrevistada, mesmo quando instigada, fala pouco do museu em questão, abordando mais sua trajetória na formulação de movimentos em prol das atividades artesanais locais, como doces e pinturas. Sobre o museu, evidencia seus sentimentos de revanche apontando a transferência simbólica da capital. Alterando o tom da voz e dando ênfase ao que deseja que eu saiba, ela fala sobre a não originalidade dos móveis e objetos ali expostos<sup>13</sup>.

**BRC** – Desde a época do Mauro Borges. Simbolicamente, a mudança é feita aqui pra Goiás ...agora... a coisa foi diminuindo. Na década de sessenta era assim. Mas já na década de oitenta, já... vinha cedo, voltava à tarde. Era um ou dois dias. Só pernoitava. E até hoje é dessa maneira. O atual governador vem um dia, tem aqueles encontros tudo... encontra com várias... da região, ele... conversa, né, ele... as pessoas, principalmente os representantes desses municípios têm uma série de pedidos, então são entrevistas que têm com ele. Audiências públicas, e... e ele no dia seguinte, na parte da manhã ele já retorna. Não ficam mais os quinze dias. Porque foi passando pra dez, uma semana, três dias e agora praticamente dois dias<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> Brasilete de Ramos Caiado. Entrevista realizada em julho de 2003, em sua residência, na cidade de Goiás. Entrevista realizada por Cristina Helou Gomide, p. 11.

<sup>13</sup> Para interpretar essa narrativa, o texto: Passerini (1993) foi fundamental, pois discute mito e imaginário, além de abordar a construção da idéia de “status social”.

<sup>14</sup> Brasilete, p. 5.

Na década de 40 do século XX, as controvérsias permearam a transferência da capital e alteraram o cotidiano nos moradores da antiga Vila Boa de Goiás. Os anos se passaram e na década de 50 do mesmo século, ocorreu o primeiro tombamento de prédios públicos administrativos e igrejas – feito pelo então SPHAN. Na década de 1970, o segundo tombamento já se remetia a verdadeiras malhas urbanas. Em 2003, a mágoa persistia, nuançada de outras formas – em função da intensificação do movimento em prol do reconhecimento da cidade patrimonial.

Brasilete de Ramos Caiado tomou a iniciativa de várias ações em prol de tal projeto. Nas entrelinhas, a narrativa de Brasilete está envolta numa afirmação de poder. Não se trata do poder político administrativo, mas, sim, daquele oriundo do movimento de reconhecimento do valor histórico patrimonial da cidade. Trata-se, desse modo, da utilização da discussão patrimonial rumo à retomada do poder anterior à transferência da capital.

Essa mudança da capital foi maravilhosa. Porque não destruiu o nosso centro arquitetônico. Porque, se continuássemos como capital, essas coisas hoje já não existiriam mais. Seriam arranha-céus como foi em Goiânia. No primeiro momento, casas lindas, maravilhosas, depois tudo aquilo ali foi a beira do progresso, foram destruídas e levantados arranha-céus. Bem, de qualquer maneira ficamos pobres. Porque os fazendeiros, os aposentados que permaneceram na cidade. E o poder aquisitivo baixo, assalariados, então... não tinha como transformar essa cidade em uma cidade moderna. Então preservou-se a arquitetura vernacular. Que vocês encontram... Então antes da década de setenta, várias descaracterizações que vocês podem notar. No centro, casas totalmente próprias do estilo arquitetônico colonial. Esse bem característico colonial, do poderístico, por assim dizer. Então veio em bom tempo e boa hora (...) para preservar a nossa arquitetura, os movimentos, que teve uma missão muito boa. Só, que ela, essa... essa... voltou para sensibilizar as pessoas não foi fácil. Porque todos queriam mudar, colocar um alpendre... derrubar a frente da casa e colocar um alpendre, que achava que ali tinha uma visão melhor. E aí foi descaracterizando várias ruas, várias casas. E aquilo foi quase um processo em alta escala. Mas aí, veio essa parada. E houve uma reação das famílias. “Porque isso aqui é meu, eu que comprei a casa, porque eu não posso fazer da casa o que eu gostaria... um jardimzinho na frente”... e modificou e assim estava destruindo a arquitetura que nós tínhamos. Então veio e com jeito e tentando, mais muito mal aceito. Uns vinte anos [risos] nós tivemos que lutar, todas as pessoas mais esclarecidas, sabe, para que as pessoas não destruíssem as fachadas, porque veio aquela onda de modernidade, fazer alpendres e tal... Aí depois que conseguiu uma certa aceitação da população. Aí tudo bem, aí veio o título de patrimônio. Agora sim. O centro intocável.<sup>15</sup>

Gerenciadora de decisões, cuja opinião se tornou importante ao longo do tempo, a narrativa de Brasilete apresenta um status lingüístico que nos induz a olhá-la com mais respeito à sua opinião. Sua narrativa é, sobretudo, instrumento de poder. Na verdade, sua narrativa diferenciada é o que a difere das demais pessoas na

---

<sup>15</sup> Brasilete p. 6.

cidade, colocando-a numa posição de comando frente aos projetos de incrementação das práticas turísticas e de valorização das “coisas da terra”. A fala eloqüente, diferenciada, fluida, simboliza *status*. Nesse caso, a diferencia e alimenta uma relação de poder com as pessoas da cidade<sup>16</sup>.

Já a narrativa do Guia do Museu Conde dos Arcos nos remete a outro olhar sobre o espaço urbano e as dimensões histórico e cultural atribuída ao antigo Palácio. Em 1999, quando estava em uma de minhas pesquisas *in loco*, o então guia interno de visitação ao museu, me permitiu gravar seu trajeto com dois grupos de pessoas. O primeiro, com estudantes de uma rede pública gratuita do ensino fundamental; o segundo, com alunos e alunas da Universidade Católica de Goiás, do curso de História. E então, sua fala se inicia....

Sejam bem vindos à antiga Capital. (...) A cidade tem duzentos e setenta e um anos, a cidade é de 1727. e vocês já observaram a antiga capital. As casa de Goiás é simples em termo de arquitetura. Inclusive o próprio Palácio, professoras. Talvez os meninos vão tá imaginando que seja um Palácio cheio de ouro, obra de arte. Nada disso! O Palácio Conde dos Arcos não foi projetado. Simplesmente D. João V autorizou o governador da capitania de Goiás a adquirir algumas casa. Foram cinco casas, incluindo a casa da fundição, aí foram ampliando. Aí o Palácio formado ele é tipo um armazém ou um cachotão. Esse prédio que tem duzentos e quarenta e três anos... O mobiliário (...) variam do século XVIII e a década de sessenta. É uma mistura de época<sup>17</sup>.

Remetendo-nos à importância política histórica do lugar, o guia exalta a casa e os tempos áureos de funcionamento do Palácio. Ressalta as peculiaridades, presentes no mobiliário que se refere aos séculos XVIII e XIX, bem como aos objetos que remontam ao período em que o Interventor Pedro Ludovico residiu no local, como é o caso da porcelana e da eletrola. É interessante como há uma mágoa profunda com relação ao “abandono” da cidade, em função da mudança da capital, da cidade de Goiás para Goiânia, mas, ao mesmo tempo, há fortes referências à importância política de Pedro Ludovico. Em contrapartida, a abordagem política sobre “a época do Império” remonta um tempo em que a cidade era representante administrativa de todo o Estado.

Na época do Império era realizada uma missa aqui na Matriz de Santana, assim que terminava era convidado algumas pessoas importantes os Fidalgo, pra vim ao Palácio. (...). Quem imaginava um dia você vim ficar diante dessa mesa. Foi nessa mesa que o Pedro Ludovico assinou a transferência da capital. Veja como se escrevia (...). deixou de ser capital foi em 1937 (...) E o motivo que ele alegou para transferir a capital, eu vô dizer para vocês. Ele alegou o saneamento básico, que era precária e até hoje (...). Essa porcelana é dos anos trinta, pertencia a Pedro Ludovico, a mesa é do século XVIII, tem mais de duzentos anos, foi a primeira mesa aqui do refeitório,

<sup>16</sup> Sobre o modo como “as variedades de fala simbolizam *status*”, ver a obra de Burke (1995). Nessa obra o autor escreveu sobre o processo de construção do domínio através da língua. Em seu texto, pode-se compreender o olhar atribuído à fala do outro. Trata-se de uma produção fundamental para a compreensão das afirmações infiltradas nesse artigo.

<sup>17</sup> Entrevista feita ao Sr. José, à época, guia do Museu Antigo Palácio Conde dos Arcos, no interior do Museu Conde dos Arcos, na cidade de Goiás/GO, em novembro de 1999, por Cristina Helou Gomide.



e a mesa é de encaixe. É, antigamente professoras não usava prego no mobiliário, era o próprio cravo de madeira. (...) Pessoal, olha o detalhe da cadeira na cabeceira da mesa. (...)

(...) olha a rádio eletrola aqui dos anos quarenta, já pertenceu ao Pedro Ludovico.

antigamente nesses dois salões era realizado os saral, os bailes. Olha para vocês verem o formato da arquitetura do Palácio. E esses dois salões hoje na atualidade ele é usado para eventos culturais.(...)

Gente, aqui nós temos a sala de jantar para as autoridade. Essa poltrona aqui é do século XVIII.<sup>18</sup>

O tempo do contador de estórias é um tempo destituído de tempo. É o “era uma vez”, “nos tempos do Pedro Ludovico”, “antigamente”, “antes da transferência da capital”. Quando o guia se utilizado do “antigamente os escravos”, ou “na época do Império”, o faz numa temporalidade própria daquelas que elegeu como referência de sua fala (PORTELLI, 2004, p. 297-8). Esse retrocesso no tempo cronológico é uma forma de atribuir importância histórica ao lugar. Não é literalmente sobre o Império que ele fala. Ele elege esse período como referência para outros elementos que considera importante. Além disso, é a forma encontrada pelo guia para mobilizar os visitantes, induzindo-os à interação com a história da cidade e fazendo com que se identifiquem com o que vêem. Independentemente do que o guia expressa como “construção singela”, a interpretação do visitante do museu, relê esse conceito.

Em julho de 2003, tentando ampliar minhas discussões sobre memória, patrimônio e museu, procurei dialogar com alguns visitantes – turistas – que tiveram acesso visual aos bens expostos no mesmo. Foi um trabalho interessante que envolveu, como parte da investigação, a interpretação das expressões faciais e dos silêncios. As pausas e os sorrisos podem nos ajudar a investigar esse processo da leitura dos bens expostos. Várias leituras foram feitas e várias foram as formas de tradução da narrativa do guia. Alguns viram semelhanças em casas de familiares, outras viram o “velho” – nos móveis, na casa.

**MRMC** – [risos, uma pausa] O que mais marcou? [diz bem baixinho]. A própria estrutura mesmo. Tem até uma capelazinha, que pra mim eu achei, assim, uma gracinha. Eu senti uma casa... uma casa grande, né, e pelo que eu soube, os governadores moravam aqui né<sup>19</sup>.

O museu do antigo Palácio Conde dos Arcos torna-se – sob esse prisma – o reprodutor de um saudosismo político. Há uma troca de sentimentos entre o guia e os espectadores, somando-se emoções e reinterpretando a imagem do espaço preservado.

**ER** – Ah! O que... o assunto que mais me chamou a atenção foi a estória da cidade em si. O lado político, o lado de ser capital depois mudar, sair pra outro lugar. Isso me chamou bastante a atenção.

**C** – Achei mais interessante...

**ER** – Achei o casario. O casario achei muito importante. A preservação da

<sup>18</sup> Entrevista citada, sr. José.

<sup>19</sup> Entrevista com Maria Rosa M. de Castro, professora de Biologia no Rio de Janeiro. Palácio Conde dos Arcos, cidade de Goiás/GO, julho de 2003, por Cristina Helou Gomide.

cidade. Eu tenho acompanhado pela televisão, né, o trabalho do pessoal. Essa enchente que não que tirou o título de patrimônio da humanidade, não estamos em garantido. Acho que não foi bem isso. Acho que as pessoas trabalharam, pra que voltasse o mais próximo do original. Isso foi muito importante.<sup>20</sup>

Foi interessante nesse processo perceber meu papel (como investigadora) de construção da pesquisa histórica por meio da metodologia da história oral. Os visitantes turistas que foram entrevistados responderam sobre o que mais lhes chamou a atenção no Museu: assunto abordado, objetos etc. Várias pessoas apontaram a historicidade dos móveis e demais objetos. Alguns falaram do prédio e muitos se referiram à cidade histórica e ao valor das coisas “velhas”. Antes da entrevista, identifiquei-me como historiadora. Provavelmente, associaram às respostas elementos que deduziram ser importantes para mim. Aliado a isto, museu aparece no imaginário social como ser o local em que as pessoas vão de encontro ao “velho”, à memória congelada de um passado distante.

Porém, toda discussão nos conduz a questões que vão além das noções de museu e patrimônio. Emergem, nesse processo de investigação das narrativas, várias indagações, como: Para quem preservamos? O que preservamos? A quem interessa preservar? Refletindo sobre esses questionamentos, uma moradora, quando entrevistada, comentou sobre o “ser bom” do reconhecimento do patrimônio e de solidificação da imagem de cidade histórica. Por outro lado, são vários os sentimentos e diversas suas formas de expressão de pertencimento – até mesmo, na não participação direta no cotidiano turístico urbano. Ao mesmo tempo:

**C** - E a senhora nunca visitou os museus?

**BFM** – Não!

**C** – Não, a senhora nunca se interessou em visitar os museus?

**BFM** – Nunca fui em nenhum, né? Aqui perto tem um, perto daqui, mais eu nunca fui em nenhum.<sup>21</sup>

Outros moradores foram entrevistados. Muitos compartilharam comigo de suas histórias de vida. Tendo como base o muito que aprendi com suas experiências, tenho percebido que há uma distância entre o museu criado para a visitação turística e a vida cotidiana. Por outro lado, as experiências vividas e em vivência constituem-se no social. As ações turísticas são constituidoras das vidas dos moradores locais. Como um trabalho em processo desde 1996, as questões não se esgotam e estão em constante movimento. Para tentar mapear um pouco do que venho fazendo, o modo como tenho escolhido os entrevistados e ampliado minha noção de patrimônio, trouxe para esse texto várias narrativas: Brasilete de Ramos Caiado (membro da elite política destituída em 1930), o guia do museu Conde dos Arcos (antes Palácio do Governo), turistas e moradores da cidade<sup>20</sup>. Todos foram entrevistados mediante critérios de escolha. Na verdade, cada grupo escolhido refere-se a um momento específico da pesquisa.

As tramas que tecem a memória são constituintes da história. Desse modo, a história é parte do processo de experiências vividas. A cidade histórica (cujo

<sup>20</sup> Entrevista com Edson Ribeiro, arquiteto vindo do Paraná. Palácio Conde dos Arcos, cidade de Goiás/GO, julho de 2003, por Cristina Helou Gomide.

<sup>21</sup>Entrevista com D. Benedita, moradora local.

dinamismo temporal experimenta as idas e vindas da visitação turística) é oriunda e relacionada às múltiplas memórias em curso. O tempo histórico é, portanto, plural, pois é social. As representações das pessoas conduzem-nos às tentativas de investigar sobre seus sentimentos – o modo como vêem, experimentam e lutam pelo espaço vivido. De fato, o papel da história, hoje, está na pesquisa sobre o que sentiram e têm sentido aqueles que investigamos. Quando o fazemos, pesquisamos sobre os momentos históricos, mas não buscamos mais os fatos e, sim, o modo como os sujeitos sociais têm se sentido no decorrer dos tempos.<sup>22</sup> Assim, investigar sobre Patrimônio e Museu é, em qualquer lugar do mundo, questionar sobre os direitos à memória e o diálogo estabelecido entre o passado e o presente.

## Referências bibliográficas

ARANTES, Antônio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História*. São Paulo: Brasiliense, 1997. (Obras Escolhidas; v. 1).

BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Unesp, 1995. p. 18-30.

GOMIDE, Cristina Helou. Cidade de Goiás: da idéia de preservação à valorização do patrimônio: a construção da imagem de cidade histórica. In: CHAUL, Nasr F.; DUARTE, Luís Sérgio (Orgs.). *As cidades dos sonhos: desenvolvimento urbano em Goiás*. Goiânia: UFG, 2004. p. 101-136.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *A prosa do mundo*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. Interpretação, preservação e turismo: uma introdução. In: — (Orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG/Território Brasília, 2002. p. 9-12.

PASSERINI, Luisa. Mitobiografia em História Oral. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

---

<sup>22</sup> É necessário explicar que as narrativas referentes a 1998 e 1999 são de pessoas nascidas na região da cidade de Goiás e que permaneceram no local após a transferência da capital. Desse modo, a faixa etária destas variou entre 80 e 100 anos. Já as entrevistas realizadas a partir de 2002, têm, como critério, pessoas moradoras de bairros do entorno, como Alto de Santana, Santa Bárbara e Vila Lions, independentemente de idade e sexo. Como o espaço do museu passou a fazer parte das problemáticas em curso, o guia do Museu Conde dos Arcos bem como visitantes turistas compuseram o processo de investigação das inferências das práticas turísticas e das noções de patrimônio que emergiram e emergem na cidade. Enfim, a entrevista realizada com Brasilete de Ramos Caiado foi fundamental para mapear as múltiplas memórias na cidade de Goiás – hoje patrimônio da Humanidade.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996.

\_\_\_\_\_. O momento da minha vida: funções do tempo na História Oral. In: FENELON, Déa; MACIEL, Laura A.; ALEMIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004. p. 296-313.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 180-201.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Península, 1980.

**Abstract:** This article discourses about the problematic that involves the history and the inhabitants life style of the historical cities. The investigation focus is on the City of Goiás and how did it become a "cultural heritage city", their needs (inhabitants) through the years and their practice of preservation. In such a way, I interpret the inhabitants of Goiás oral narratives, people that are connected with Conde dos Arcos Museu (called in the past Palácio de Governo) and tourist travellers. Thus, I try to understand the daily movement in the historical city, the inhabitants feelings about the process, as well as the tourist impression about the location.

**Keywords:** city. heritage. oral narrative. memory. museum